

HOPPE *UN*PLUGGED

Opiniões, ideias e provocações
de entrevistas e discursos do
Prof. Hans-Hermann Hoppe



CUIDADO
SUBVERSIVO

Autores:

Texto em itálico com passagens de Hans-Hermann Hoppe,
restante Thomas Jacob

Editor: Thomas Jacob

Desenho: Michelle Jacob

Tradução e revisão: Manuel Ogando

Website: Nico Jacob

Março de 2023

CAROS LEITORES

A experiência demonstra-o: a maioria das pessoas adquire as suas convicções políticas profundas por volta dos 25 anos de idade. Por conseguinte, duas apresentações:

Para os jovens com inclinações práticas e teóricas

Se és uma pessoa mais prática, vais apreciar os comentários refrescantes e provocadores de Hoppe. Hoje em dia, seja qual for o assunto: justiça social, racismo ou clima, a questão é sempre se deve haver um pouco mais ou menos de governo, um pouco mais ou menos de regulamentos ou leis. Dificilmente um tópico entusiasmante para discussão.

Hoppe, por outro lado, apresenta um argumento radical. Ele descreve porque é que todas as soluções estatais nunca poderão funcionar na prática, e como é que as pessoas se organizariam pacificamente e com consideração mesmo sem a coerção estatal.

Se és do tipo mais teórico, Hoppe poderá abrir os teus olhos a um universo completamente novo. Hoje em dia, aqueles que querem mais estado são normalmente considerados “progressivos”, enquanto que os cépticos do estado são apelidados de “reaccionários” ou pior. Hoppe proporciona clareza. Estabelece a liberdade como um ideal político e deriva todos os outros argumentos deste mesmo ideal.

É precisamente esta consistência, nomeadamente uma teoria baseada em princípios, que foi, e ainda é, considerada um dos pontos fortes do socialismo e do Marxismo. Tem-lhes proporcionado enorme atracção entre muitos jovens até aos dias de hoje, pois os jovens procuram consistência e princípios. Hoppe também oferece princípios e consistência mas pelo princípio oposto, nomeadamente para mais liberdade ao invés de mais controlo e mais estado. Ele é, neste sentido, o anti-Marx pela paz e pela liberdade, e ao mesmo tempo mais simples, mais consistente e mais original que os socialistas. Com Hoppe, vais conseguir esmagar os argumentos de qualquer Socialista e qualquer Marxista.

Para leitores com mais de 30 anos: recebe um teste de personalidade gratuito.

1. "É escandaloso que alguém possa sequer pensar assim". Uma reacção destas indica uma crença no Estado profundamente enraizada. Se, apesar de tudo, continuares a ler, irás acrescentar uma nova dimensão ao teu universo político. É semelhante a, subitamente, visualizar a Terra como uma esfera em vez de um disco.
2. "Gosto do sentido dos argumentos, mas não são realistas e são muito extremistas". Esta resposta indica que tu te vês politicamente como amante da liberdade, mas no entanto, no fundo da tua alma, confias no Estado. Se ponderares nos argumentos com uma mente aberta, fortalecerás as suas inclinações libertárias.
3. "Fixe, finalmente alguém vai directo ao assunto. Mas acho que abolir completamente o Estado é um pouco extremo." Tens um forte instinto libertário. Vais gostar de ler o livro e as recomendações bibliográficas. E, quem sabe, talvez um dia possas até seguir as razões de Hoppe para uma sociedade sem Estado.
4. "Engenhoso, finalmente um pensador coerente". Já estás familiarizado com o pensamento libertário e aprecias o raciocínio baseado nos princípios de Hoppe. Sugestão: Lê mais obras de Hoppe, especialmente as teóricas. Para ti, existe a possibilidade de que a justificação lógica da liberdade de Hoppe seja equivalente a uma revelação. Em todo o caso, estarás então na linha da frente das teorias sobre a liberdade.

Aguardamos com expectativa qualquer comentário ou *feedback*.

Biografia

O Prof. Dr. Hans Hermann Hoppe nasceu em 1949 em Peine, Alemanha. Estudou Filosofia, Sociologia, História e Economia na Universidade de Saarlande (Saarbrücken), Universidade Goethe em Frankfurt e na Universidade de Michigan em Ann Arbor. Doutorou-se em Frankfurt em 1974 sob a orientação de Jürgen Habermas.

Hoppe foi Professor de Economia na Universidade de Las Vegas de 1986 a 2008, e é *Distinguished Fellow* do Instituto Ludwig von Mises (Auburn / Alabama). Fundou a Property and Freedom Society em Maio de 2006.

Tem dois filhos adultos e vive com a sua esposa Gülcin Imre Hoppe na Turquia.



Índice

1. A Essência do Estado
 - 1.1. Porque é o Estado uma instituição estranha?
 - 1.2. Os Estados surgiram através de acordos voluntários?
 - 1.3. Porque é que dizer "o Estado somos nós" está errado?
 - 1.4. O que é que o nosso sistema político e a Máfia têm em comum?
 - 1.5. Como é que decisões democráticas conduzem a resultados comunistas?
 - 1.6. Porque é que Hoppe intitulou um dos seus livros "A Competição dos Vigaristas"?
 - 1.7. A democracia permite uma mudança pacífica de governo?
2. Governo e História
 - 2.1. O que é melhor para o povo: democracia ou monarquia?
 - 2.2. O liberalismo clássico triunfou?
 - 2.3. Grandes entidades políticas, como a UE, são boas para a prosperidade económica?
 - 2.4. A democracia ou a autocracia são melhores para a prosperidade económica?
 - 2.5. O que há de especial na democracia suíça?
3. Actividades estatais
 - 3.1. Robin dos Bosques, o "Príncipe dos Ladrões", é um herói ou um vilão?
 - 3.2. O que são impostos justos?
 - 3.3. A segurança social é uma grande conquista?
 - 3.4. Qual é a base apropriada para um plano de reforma?
 - 3.5. Os políticos têm um coração maior para com os necessitados?
 - 3.6. Como é que a política social empobrece a sociedade?
 - 3.7. Imprimir dinheiro pode criar riqueza?
 - 3.8. A propriedade intelectual pode ser roubada?
 - 3.9. Qual é a consequência lógica da protecção de patentes e de direitos de autor?

Conteúdo

4. Problemas actuais

- 4.1. Mas o Corona não prova que os regulamentos governamentais são necessários?
- 4.2. O que é que correu mal com a União Europeia (UE)?
- 4.3. A UE é um projeto de paz?
- 4.4. Porque é que Hoppe é a favor do Brexit?
- 4.5. O comércio livre e a imigração livre andam de mãos dadas?
- 4.6. O materialismo destrói a cultura?
- 4.7. Precisamos de mais "tolerância social"?
- 4.8. De que terapia precisa o nosso sistema de saúde?
- 4.9. As perguntas sobre alterações climáticas são permitidas ou são blasfémia?

5. Sociedade de Direito Privado

- 5.1. Como se resolvem os conflitos interpessoais sem o Estado?
- 5.2. A resolução de litígios pelo direito privado é completamente irrealista?
- 5.3. Qual é, numa palavra, a diferença entre as soluções estatais e as soluções privadas?
- 5.4. Em que medida é que o Estado nos protege actualmente?
- 5.5. Por que motivo as sociedades de direito privado recompensariam comportamentos pacíficos?
- 5.6. Poderão os ricos e os maus apoderar-se do poder?
- 5.7. Quem protege o ambiente quando tudo é privatizado?
- 5.8. Como se teria desenrolado a pandemia do coronavírus numa sociedade de direito privado?
- 5.9. Porque é que as organizações privadas fazem menos guerra do que os Estados?
- 5.10. O socialismo é mais realista do que uma sociedade de direito privado?

6. Futuro

- 6.1. Porque não defender um Estado limitado em vez de nenhum Estado?
- 6.2. Porque é que precisamos de uma "nova consciência de classe"?
- 6.2. Há esperança de "passos na direcção certa"?

7. Desenvolvimento intelectual

A ESSÊNCIA DO ESTADO



1.1. Porque é que o Estado é uma instituição estranha?

Hoje em dia, o Estado parece ser um dado adquirido. Quem o questiona dificilmente é levado a sério. No entanto, é exactamente isso que queremos fazer. Queremos refletir sobre a própria essência do Estado.

Hoppe começa com uma experiência mental:

” Se dissesse a um grupo de crianças: “Nós somos cinco e de vez em quando temos conflitos. Para resolver as nossas querelas, nomeamos o Júlio. O Júlio decide sempre quem tem razão, mesmo que o Júlio esteja envolvido no conflito.” Todos grupos do jardim de infância compreenderiam que esta é uma solução muito perigosa para o problema, se o colocasses desta maneira.

Ora, se pensarmos no que o Estado é, ou seja, o decisor final em todos os casos de conflito, incluindo os conflitos em que o próprio Estado está envolvido, percebemos imediatamente que se trata de uma construção simplesmente absurda.



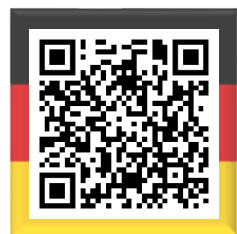
1.2. Os Estados surgiram através de acordos voluntários?

Talvez alguns de vós já tenham ouvido falar da chamada “teoria dos contratos”. A ideia básica desta teoria é que cada pessoa que vive actualmente num Estado concordou com esse Estado através de um contrato, quer explicitamente (ou seja, que assinou efectivamente um contrato) quer implicitamente (ou seja, através do chamado “consentimento tácito”). Este contrato com o Estado é suposto fornecer ao Estado uma justificação científica e moral.

Isto é um disparate, diz Hoppe:

” *Não, o Estado é precisamente o contrário do resultado de um contrato! Ninguém no seu perfeito juízo concordaria com tal acordo. Há muitos documentos nos meus arquivos, mas não vão encontrar nenhum desse tipo em lado nenhum.*

O Estado é o resultado de violência agressiva e de subjugação. Foi criado sem qualquer base contratual, tal como um bando de chantagistas de protecção.



1.3. Porque é que dizer "o Estado somos nós" está errado?

Toda a gente já ouviu dizer que "nós, o povo" somos o Estado. Afinal de contas, elegemos os nossos dirigentes e legisladores e, por vezes, até votamos em referendos. Mas será que isso é mesmo verdade, será que somos mesmo o Estado?

Hoppe declara enfaticamente: não, isso é uma ilusão. Existe um sector privado e um sector público com dois conjuntos de leis diferentes. Por outras palavras, o Estado cria a desigualdade jurídica.

” *Em todas as sociedades existe uma diferença entre o direito privado e o direito público*. Se eu lhe tirar algo enquanto particular ou se o obrigar a trabalhar para mim, serei multado ou mesmo preso. Mas se o fizer enquanto funcionário público, isso é considerado "cobrar impostos" ou "recrutar para o serviço militar obrigatório".*

Enquanto pessoa pública, posso fazer coisas que nunca me seriam permitidas enquanto pessoa privada. Aquilo a que se chama "roubar e vender bens roubados" é considerado implementação de políticas sociais se for feito pelo Estado.



* Direito privado vs. direito público: O direito privado cria regras de comportamento aceitável entre as pessoas (ou seja, como os conflitos entre vizinhos são resolvidos, como os direitos de propriedade devem ser aplicados, etc.), enquanto o direito público regula a relação entre as pessoas e o Estado (ou seja, quanto impostos devem ser pagos, como a polícia pode actuar, quem tem direito a votar e ser eleito, etc.).



1.4. O que é que o nosso sistema político e a Máfia têm em comum?

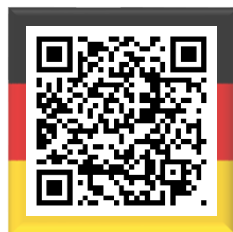
Aprendemos na escola que o abuso governamental é evitado pela chamada separação de poderes. O poder legislativo (Parlamento) faz as leis, o poder executivo (Governo) executa as leis e o poder judicial (Tribunais) garante que toda a gente segue as regras. Estes “freios e contrapesos” destinam-se a que cada ramo do governo vigie os outros ramos.

Hoppe diz que isso é apenas uma ilusão e que a separação de poderes não existe. Argumenta:

” *Actualmente, em caso de conflito entre um cidadão e o Estado, é sempre o Estado que decide quem tem razão. Por exemplo, se o Estado decidir que eu lhe devo mais impostos ou que me proíbe de fumar no meu restaurante e eu não concordar, o que é que eu posso fazer? Nesse caso, só posso recorrer a um tribunal estatal, composto por juízes que são pagos pelos impostos. E o que é que esses juízes vão decidir? Claro, que tudo isto é legal!*

Suponhamos que és o chefe de Estado. Para a autorregulação, o teu tio é nomeado juiz, a tua tia controladora financeira e o teu pai presidente da comissão de ética. Esta é a separação de poderes. Naturalmente, haverá desacordos ocasionais no seio da família. Mas todos partilham um interesse comum em maximizar o rendimento da sua organização e expandir o seu poder.

Mesmo no seio da máfia há pessoas com funções “executivas”, “legislativas” e “judiciais”. Para o ilustrar, basta veres novamente o filme “O Padrinho”.



1.5. Como é que decisões democráticas conduzem a resultados comunistas?

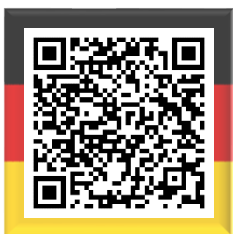
No Manifesto Comunista de 1848, o termo comunismo é definido como "a abolição da propriedade privada". Nos países comunistas, isto significava que os conselhos de planeamento estatal decidiam sobre todos os aspectos da vida das pessoas, desde a educação ao trabalho, habitação, viagens e consumo dos meios de comunicação social. Hoppe salienta que o mesmo acontece com o processo de decisão democrático.

Importante: Quando Hoppe utiliza o termo "propriedade", está a referir-se ao direito de dispor tanto de bens como do seu próprio corpo. Neste sentido, o próprio corpo é também um bem.

” *Sim, é claro que a democracia, directa ou indirecta, é uma forma de comunismo. A maioria decide o que me pertence e o que te pertence a ti e o que tu ou eu podemos ou não fazer. Isso não tem nada a ver com a propriedade privada e tem muito a ver com a restrição do controlo privado, por outras palavras, com a propriedade comum, que por sua vez significa comunismo.*

Não há contrato com o Estado e não há garantia legal do que nos pertence e do que é propriedade nossa, intocável.

Existem, por exemplo, impostos sobre o rendimento e impostos sobre a propriedade, por isso, no fim de contas, o que é que nos pertence como propriedade nossa? Tanto quanto o Estado decidir deixar-lhe sem impostos. O que é que pode fazer com a sua própria terra? O que o Estado lhe permitir fazer. E também não nos é dito qual o preço que temos de pagar ao Estado pelos seus serviços.



1.6. Porque é que Hoppe intitulou um dos seus livros "A Competição dos Vigaristas"?

A livre concorrência no domínio económico significa que posso vender o que quiser e comprar o que quiser. Isto permite que os consumidores comprem os produtos melhores e/ou mais baratos de acordo com as suas necessidades pessoais. Por sua vez, isto significa que apenas os melhores produtores são recompensados e têm sucesso.

A concorrência também existe na política. No entanto, a concorrência não tem a ver com o fornecimento de bens e serviços ao consumidor, mas sim com a conquista de apoio popular e o acesso a cargos poderosos. A concorrência na política é o oposto da concorrência económica, diz Hoppe:

” *A concorrência nem sempre é boa. Só a concorrência na produção de bens é boa. Pelo contrário, a concorrência na produção de "coisas más" é má, ou mesmo pior do que má. Não queremos concorrência para saber quem nos pode bater melhor. O mesmo se aplica à democracia e à concorrência política. A democracia permite que a maioria das pessoas se aproprie da propriedade alheia por meio do poder legal do Estado, o que, em última análise, é um roubo legalizado.*

Nas eleições em massa, há uma tendência para que os membros da sociedade que não têm inibições morais em relação à apropriação dos bens de outros procurem entrar em funções públicas e ascender aos cargos mais elevados.

Quanto maior e mais anónima for a unidade política que elege os funcionários do Estado, mais se pode ceder aos próprios sentimentos de inveja e desejo de poder.

1.7. A democracia permite uma mudança pacífica de governo?

” Quanto à alegada vantagem da democracia para mudar pacificamente de governo, também é possível mudar um governo pacificamente, por exemplo, seleccionando os funcionários do Estado através de uma lotaria organizada regularmente.

Enquanto uma lotaria nos daria um governante "acidental", a "concorrência democrática" garante praticamente que só os "melhores" detentores de poder, os políticos mais manipuladores e ardilosos, ascendem às posições decisivas do poder do Estado.



GOVERNO E HISTÓRIA



2.1. O que é melhor para o povo: democracia ou monarquia?

Tudo o que fazemos é influenciado por incentivos. Perguntamos a nós próprios "como posso ganhar, onde é que vou perder?". É claro que isto é válido para os políticos e é interessante comparar os incentivos de um rei e dos políticos democráticos:

” Num Estado monárquico*, todos sabem quem é o governante e quem está a ser governado e, por isso, há resistência a qualquer tentativa de alargar o poder do Estado. Num Estado democrático, o contraste entre governante e governado torna-se ténue e o poder do Estado pode ser alargado muito mais facilmente.

Um monarca quer passar o seu país a um herdeiro no seio da família; está orientado para a preservação da riqueza a longo prazo. Os políticos eleitos, por outro lado, são apenas administradores temporários, pelo que só têm em mente o curto prazo.

Tomemos o exemplo de duas casas idênticas: uma é ocupada pelo proprietário, que também a pode transmitir, e a outra por um inquilino cujo contrato tem uma duração de apenas cinco anos. Quem tratará melhor a casa?

Apesar da minha clara simpatia pela monarquia clássica, não sou monárquico. Tanto a monarquia clássica como a democracia moderna são formas de Estado.



*Monarquia: um país governado por um rei ou uma rainha, que podem fazer as leis do seu reino. São, de facto, os donos dos seus países.



2.2. O liberalismo clássico triunfou?

” *O objetivo central do liberalismo clássico era garantir a igualdade de todas as pessoas - todos são iguais perante a lei, em contraste com todos os privilégios principescos ou feudais que existiam antes dessa época.*

No que diz respeito ao sucesso, há que concluir: o objetivo foi totalmente falhado.

Estamos hoje mais longe de alcançar estes objectivos classicamente liberais do que há 150 ou 100 anos. O imenso progresso técnico que se verificou desde então não nos deve cegar para este facto. Em vez de se aproximar dos objectivos liberais, o mundo ocidental tem vindo a aproximar-se cada vez mais do seu oposto, ou seja, do objetivo comunista de abolir a propriedade privada e estabelecer uma "economia pública".

Para ilustrar: Há 150 anos, as exigências feitas no Manifesto Comunista eram ainda consideradas ultrajantes e simplesmente absurdas. Por exemplo, a exigência de um sufrágio universal sem restrições (a partir dos 21 anos), a exigência de "representantes do povo" eleitos a partir dos impostos, a exigência de uma "educação popular" e de "cuidados de justiça" "gratuitos", ou seja, financiados pelos impostos, a exigência de um rendimento mínimo garantido pelo Estado, a exigência de um banco central do Estado e de um papel-moeda, a exigência de uma forte tributação progressiva dos rendimentos e da propriedade, ou a exigência de uma limitação do direito de herança.



2.3. Grandes entidades políticas, como a UE, são boas para a prosperidade económica?

” *Permitam-me que comece pelo óbvio. Todos os pequenos Estados, como o Mónaco, o Liechtenstein, Andorra, (anterior) Hong Kong, Singapura e até a relativamente grande Suíça, estão a ter um desempenho económico melhor do que as regiões maiores que os rodeiam.*

Por outro lado, o facto de a Alemanha se ter tornado uma nação de vanguarda cultural e científica no decurso do século XIX - antes da unificação em 1871 - é atribuído à sua fragmentação política em 39 principados concorrentes - em contraste com a França, fortemente centralizada, onde a cultura se desenvolvia apenas em Paris e o resto do país se caracterizava pela obscuridade cultural. Os pequenos territórios alemães estavam em intensa competição uns com os outros. Todos queriam ter as melhores bibliotecas, teatros e universidades.

Os pequenos Estados têm de aplicar uma política de baixos impostos e de baixa regulamentação, caso contrário os seus cidadãos mais produtivos abandonarão simplesmente o país.

Devemos abandonar a ideia de que a economia é algo entre diferentes nações ou Estados. As actividades económicas têm lugar entre pessoas e empresas. Os Estados não competem com os Estados, mas as empresas competem com as empresas.



2.4. A democracia ou a autocracia* são melhores para a prosperidade económica?

Alguns dizem que a democracia é melhor para a prosperidade económica, outros afirmam que os países em desenvolvimento precisam de uma "mão forte" e de liderança governamental. Ambos estão errados, diz Hoppe:

” *Como mostra claramente o exemplo actual da Venezuela, a democracia e as eleições democráticas podem conduzir à abolição quase total dos direitos de propriedade privada e da liberdade contratual e comercial, o que pode levar a um espectacular colapso económico.*

Igualmente reveladora a este respeito é a comparação do desempenho económico da Índia com o da China. Enquanto a Índia moderna é governada por governos democráticos há quase sete décadas, a China moderna é governada por uma ditadura do Partido Comunista. Embora a situação económica em ambos os países fosse igualmente desesperada até ao início da década de 1980, o PIB per capita da China ultrapassou significativamente o PIB da Índia desde o início da "reforma do comunismo" na China, o que sugere uma maior liberdade económica na China.

Portanto, em conclusão, não confiem na democracia e também não devem confiar numa ditadura. Depositem as vossas esperanças na descentralização política radical, não só na Índia e na China, mas em todo o lado.



*Autocracia: domínio incontrolado de indivíduos ou grupos de pessoas.

2.5. O que há de especial na democracia suíça?

” *No que diz respeito ao caso particular da Suíça: bem, a democracia pode, na melhor das hipóteses, funcionar, "a meio caminho", em comunidades muito pequenas e culturalmente homogéneas, ou seja, sem acabar rapidamente na ruína económica.*

Onde toda a gente se conhece e conhece a sua posição social, e onde existe, portanto, um controlo social pronunciado, é difícil querer adquirir a propriedade dos outros por "meios democráticos". Mesmo que isso seja teoricamente possível, a pressão social impede que tal aconteça.

A democracia na Suíça é (ainda) maioritariamente uma democracia local. Os assuntos locais são decididos localmente, sem intervenção "externa" ou "superior" (de Berna, Bruxelas, Washington ou Nova Iorque).

O relativo sucesso económico da Suíça, em comparação com os seus grandes países vizinhos, pouco ou nada tem a ver com a sua democracia directa, mas sim com o facto de a democracia suíça ser uma "pequena" democracia.

Este é o segredo da Suíça.



ACTIVIDADES ESTATAIS



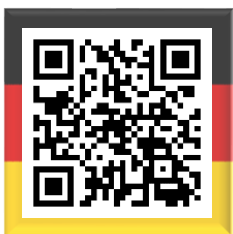
3.1. Robin dos Bosques, o "Príncipe dos Ladrões", é um herói ou um vilão?

A lenda de Robin dos Bosques tem duas versões diferentes. Ou ele rouba aos ricos ou rouba ao cobrador de impostos. De que versão achas que Hoppe está do lado?

” *Os impostos são roubo. Os ladrões - o Estado e os seus agentes e aliados - tentam naturalmente encobrir este facto.*

Obviamente, os impostos não são pagamentos voluntários normais de bens e serviços, uma vez que não nos é permitido interromper esses pagamentos se não estivermos satisfeitos com o produto. Não somos punidos se deixarmos de comprar carros Volkswagen ou perfume Chanel, mas somos atirados para a prisão se deixarmos de pagar as escolas ou universidades públicas ou a pompa de alguns políticos.

Uma vez que os impostos são um roubo, ou seja, uma injustiça, não pode ser moralmente errado recusar-se a pagar aos ladrões ou mentir-lhes sobre os seus rendimentos ou património. Isto não significa que seja sensato ou prudente fazê-lo e não pagar os impostos. Afinal de contas, o Estado é, como disse Nietzsche, o mais frio de todos os monstros frios. Pode arruinar a nossa vida e destruir-nos se desafiarmos as suas ordens.



3.2. O que são impostos justos?

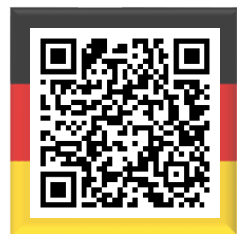
” *Se os impostos são um roubo, então, do ponto de vista da justiça, não deveria haver impostos e, por conseguinte, não deveria haver qualquer política fiscal.*

Os funcionários públicos e todos os dependentes do Estado não pagam, de facto, quaisquer impostos. Pelo contrário, todo o seu rendimento líquido (depois de impostos) provém de receitas fiscais, pelo que não são contribuintes, mas sim consumidores de impostos, que obtêm o seu rendimento de recursos roubados a outras pessoas - os produtores de impostos.*

O "melhor" imposto (porque é o mais baixo) é um imposto sobre a cabeça, em que cada pessoa tem de pagar o mesmo montante fixo de impostos. Uma vez que mesmo a pessoa mais pobre deve poder pagar esse montante, esse imposto deve ser muito baixo. No entanto, mesmo um imposto por cabeça é e continua a ser um roubo, e nada no roubo é justo.

Um passo importante seria se os empregadores deixassem de cobrar impostos sobre os salários em nome do Estado. As empresas deveriam dizer: "Não vamos fazer este trabalho por vocês. Se querem os impostos, vão buscá-los vocês mesmos". Se todos tivessem de pagar pessoalmente os seus impostos no final do ano, a resistência seria muito maior do que é actualmente.

* Hoppe ilustra por vezes este ponto da seguinte forma: se os empregados do Estado ou os seus dependentes deixarem de pagar impostos, terão mais dinheiro para gastar e o Estado, consequentemente, menos. Se os contribuintes do sector privado deixassem de pagar impostos, o Estado, incluindo todos os seus dependentes, não teria dinheiro disponível de todo.



3.3. A segurança social é uma grande conquista?

As pensões do Estado são frequentemente designadas como um "contrato intergeracional". A ideia é que as pessoas que trabalham actualmente pagam as pensões dos reformados de hoje, na expectativa de que os futuros trabalhadores façam o mesmo por elas quando se reformarem.

” *Todo o sistema de segurança social, o chamado "contrato intergeracional", é como uma cadeia de cartas condenada a falhar.*

Qualquer empresário privado que quisesse oferecer um "seguro" deste género seria imediatamente preso como vigarista. O facto de os políticos de todo o mundo continuarem a fingir que se trata de um grande feito, mesmo perante o aumento da esperança de vida e a diminuição da natalidade, só mostra como toda a nossa classe política é irresponsável, ou mesmo homicida.

3.4. Qual é a base apropriada para o planeamento da reforma?

” *De um ponto de vista económico e moral, a pensão de velhice (pensão de reforma) deve ser um assunto puramente privado.*

É claro que este tipo de regime não elimina todos os problemas associados à velhice. No entanto, este regime reforça geralmente a responsabilidade pessoal, recompensando a diligência e a previsão e punindo a negligência e a falta de visão. Por conseguinte, tende a reduzir os problemas financeiros e sociais relacionados com o envelhecimento ao nível mais baixo humanamente possível.

Em nítido contraste com isto, no mundo ocidental, a provisão da reforma tornou-se cada vez mais, e de facto quase inteiramente, um assunto de Estado. Em consequência, a decência, os laços familiares e a responsabilidade pessoal foram sistematicamente enfraquecidos.

A provisão para idosos é um excelente exemplo de como a democracia transforma muitas pessoas em criancinhas. Acreditam que todos os problemas podem ser resolvidos rápida e facilmente se as pessoas certas forem eleitas, se o dinheiro for impresso e a riqueza for redistribuída de um grupo populacional para outro. A democracia promove nelas uma mentalidade infantil.

3.5. Os políticos têm um coração maior para com os necessitados?

” *Se uma pessoa, enquanto particular, rouba algo e depois o dá de presente a outra pessoa, isso significa que é um ladrão a vender bens roubados. Se o fizermos como funcionários públicos, chama-se política social.*

Tira-se dinheiro e coisas de certas pessoas e dá-se esses bens roubados a outras pessoas. As pessoas que fazem isto - conhece-las muito bem, os políticos e os burocratas - são, naturalmente, extremamente generosas com as suas doações, porque não se trata do seu próprio dinheiro, mas do dinheiro que foi roubado aos outros. Com o dinheiro dos outros, é fácil ser generoso, com o nosso próprio dinheiro somos normalmente um pouco mais cuidadosos.

É claro que os políticos são gangsters: vivem do dinheiro que extorquiram de outras pessoas sob a ameaça da violência - e que se chamam "impostos".

Infelizmente, os políticos não são preguiçosos. Seria bom se não fizessem nada para além de esbanjar o seu saque. Em vez disso, são beneméritos megalómanos que tornam a vida das suas vítimas ainda mais difícil com milhares de leis e regulamentos.



3.6. Como é que a política social torna a sociedade mais pobre?

” *O Estado-providência é sempre prejudicial ao aumento da prosperidade.*

Qualquer imposto significa que a riqueza e o rendimento são retirados à força aos seus proprietários e produtores e redistribuídos por pessoas que não possuíam esses activos e não produziram esse rendimento. Qualquer aumento futuro da riqueza e qualquer produção futura de rendimento são assim desencorajados. O resultado é que a riqueza total da população é menor do que seria sem o Estado-providência.

A ajuda caritativa e voluntária é algo completamente diferente. Uma pessoa que se dedica a um trabalho caritativo continuará a ser produtiva porque optou por ser ela própria útil.

Se, por outro lado, sou obrigado a ajudar os pobres, isso tem um incentivo negativo para a minha própria actividade produtiva. Também do lado dos beneficiários, o incentivo para saírem da sua infeliz situação é menor.



*Caridoso significa ajuda (voluntária) por compaixão.



3.7. Imprimir dinheiro pode criar riqueza?

” Os Estados permitem apenas ao seu banco central a criação e regulação de dinheiro, e a qualidade deste dinheiro é correspondentemente má.

Em vez de ouro ou prata, como antigamente, actualmente só temos papel-moeda (dólares, euros, ienes, etc.) em todo o mundo. Isso é ótimo para o monopolista. Ele pode imprimir dinheiro praticamente de graça e comprar bens caros, como casas e carros. Uma verdadeira varinha mágica! Quem é que não gostaria de ter uma varinha destas?

Mas cada novo pedaço de papel-moeda reduz o poder de compra de todas as outras notas de papel existentes. E cada nova nota impressa leva a uma redistribuição da riqueza. Aqueles que recebem o novo dinheiro primeiro, como os grandes bancos com laços mais estreitos com o banco central, ficam mais ricos. A sua quota-parte na riqueza da sociedade aumenta. Passam a possuir casas e carros que antes não possuíam. E, na mesma medida, reduzem a riqueza de todas as outras pessoas, que passam a ter menos casas e carros.

Mais papel-moeda não pode tornar uma sociedade mais rica. Mais dinheiro é apenas isso: mais papel impresso.

Qualquer país pode imprimir dinheiro em qualquer quantidade. Se a impressão de dinheiro pode tornar os países mais ricos, como é que se explica que ainda existam países pobres e pessoas pobres no mundo? Afinal de contas, o dinheiro pode ser impresso em quantidades ilimitadas.



3.8. A propriedade intelectual pode ser roubada?

A propriedade intelectual é uma concessão legal que permite a um inventor determinar quem pode utilizar a sua invenção. O inventor obtém assim um monopólio protegido pelo Estado durante um determinado período de tempo. Alguns exemplos bem conhecidos são a protecção de patentes para produtos farmacêuticos e os direitos de autor para música, imagens e textos.

Esta política é errada e prejudicial, diz Hoppe.

” *A ideia de direitos de propriedade intelectual não só é errada e confusa, como é sobretudo muito perigosa. As boas ideias – receitas, fórmulas, melodias, etc. – são, evidentemente, bens. Mas não são bens escassos. Uma vez pensadas e expressas, são bens “livres”, inesgotáveis. Eu assobio uma melodia ou escrevo um poema, e vocês ouvem a melodia ou lêem o poema e reproduzem-no ou copiam-no. O mundo inteiro pode copiar-me e, no entanto, nada me é retirado.*

E se não quero que ninguém copie as minhas ideias, tenho de as guardar para mim e nunca as publicar.



3.9. Qual é a consequência lógica da protecção de patentes e de direitos de autor?

” *Agora imagine que me é concedido um direito de propriedade sobre a minha melodia ou poema, ou seja, posso proibi-lo de me copiar ou insistir para que me pague um direito de autor.*

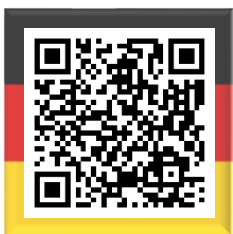
Em primeiro lugar, isso teria a consequência absurda de eu ter de pagar primeiro uma taxa à pessoa (ou aos seus herdeiros) que inventou o assobio e a escrita, e também às pessoas que emitiram sons pela primeira vez e falaram uma língua pela primeira vez, etc.

E, em segundo lugar, se eu puder impedir que assobie a minha melodia ou recite o meu poema, então ganho um controlo parcial sobre a sua propriedade, o seu corpo físico, as suas cordas vocais, o seu papel, o seu lápis, etc. Afinal, não está a usar nada mais do que a sua propriedade quando me copia.

E isso prova que...: Os direitos de propriedade intelectual devem ser considerados um ataque altamente perigoso a todos os direitos de propriedade real.

P.S. Até há cerca de vinte anos, muitos liberais acreditavam que o Estado tinha de proteger a propriedade intelectual, porque, como o termo sugere, o que está em causa é a protecção da propriedade.

O livro "Contra a Propriedade Intelectual", de Stephan Kinsella, teve um papel decisivo na mudança de opinião nesses círculos. Outro livro, "Against Intellectual Monopoly", de Michele Boldrin e David K. Levine, argumenta que as leis que protegem a propriedade intelectual não são importantes ou são um obstáculo ao progresso económico.



Ambos os livros estão disponíveis através do código QR abaixo.

PROBLEMAS ACTUAIS



4.1. Mas o Corona não prova que os regulamentos governamentais são necessários?

” *Pelo contrário. Foram feitas tentativas para resolver o problema a nível central e, depois, as autarquias disseram que as coisas eram diferentes, mais dramáticas ou menos dramáticas. Os príncipes das províncias e chefes locais tiveram a oportunidade perfeita para alargar a sua própria esfera de poder, ignorando, apertando ou modificando as medidas do governo central. Na Alemanha, por vezes, nem sequer era possível atravessar as fronteiras de cada Estado para ir para a sua própria casa de férias.*

Imaginem se tivéssemos um governo mundial e este tivesse adoptado medidas uniformes em todo o lado. Isso teria parecido completamente louco para as pessoas, porque a Alemanha não é o Congo e a China não é o Japão.

Os decisores políticos, centrais ou regionais, estão em grande parte isentos das consequências de decisões erradas e dos custos daí resultantes. Alegam que se trata de uma questão de equilíbrio entre "saúde" e "economia" e não conseguem ou não querem ver que são precisamente as camadas mais pobres da população e as pessoas que são mais afectadas por confinamentos, especialmente em termos de saúde.

Apesar da restrição quase total da liberdade de circulação pessoal até ao domicílio privado, a maioria dos decisores políticos continua a ser considerada como salvadora e não como incendiária.

Considero muito preocupante o grau de subserviência à política que se revelou nesta situação.



4.2. O que é que correu mal com a União Europeia (UE)?

” *A ideia original era de uma zona de comércio livre, mas uma zona de comércio livre requer apenas duas frases: O que quiserem exportar, podem exportar, e o que quiserem importar, podem importar.*

Não precisa de dezenas ou centenas de milhares de páginas a dizer-lhe o que produzir, como produzir, para onde pode e não pode enviar coisas, etc.

Mas isso foi esquecido quase desde o início. Continua a não haver comércio livre na Europa. Se virem a televisão alemã, por exemplo, encontrarão constantemente notícias de que o controlo fronteiriço alemão voltou a deter algumas pessoas que estão a contrabandear cigarros, que são menos tributados na Polónia.

Teremos provavelmente de assistir à falência de Portugal, Espanha, Itália e, por fim, da Alemanha. Só então, receio, até a última pessoa se aperceberá do que muitos já suspeitavam: que a UE não passa de uma gigantesca máquina de redistribuição do rendimento e da riqueza; da Alemanha e dos Países Baixos para a Grécia, Espanha, Portugal e por aí fora, e seguindo sempre o mesmo padrão perverso; redistribuindo de países, regiões, locais, empresas e pessoas mais produtivos para outros menos ou nada produtivos. A falência trará tudo isto drasticamente à luz do dia.



4.3. A UE é um projeto de paz?

Quando a UE é criticada, os seus defensores contra-atacam frequentemente com a afirmação "pelo menos não tivemos uma guerra na Europa". Isto tem pouco ou nada a ver com a UE, diz Hoppe:

” *O facto de não ter havido uma guerra na Europa deve-se ao facto de a Europa ser constituída basicamente por Estados vassallos americanos*. A América assegurou, evidentemente, que não houvesse uma grande guerra entre os seus Estados vassallos. A União Soviética conseguiu fazer o mesmo com os seus Estados vassallos. A UE, enquanto instituição, não contribuiu para isso.*

O que é necessário para ter paz é envolvermo-nos em comércio livre.

Além disso, Estados pequenos e soberanos não podem culpar constantemente os outros se estiverem a fazer asneiras. Este facto tem um efeito pacificador nas relações entre os povos. Actualmente, a culpa pode sempre ser transferida para outro país. Na UE, Bruxelas é frequentemente responsabilizada por todo o tipo de males.

Na Europa, a centralização não levou a um maior amor pelos gregos ou pelos espanhóis, antes pelo contrário



* Um Estado vassallo é um Estado que está, de alguma forma, dependente de um Estado superior ou de um império.

4.4. Porque é que Hoppe é a favor do Brexit?

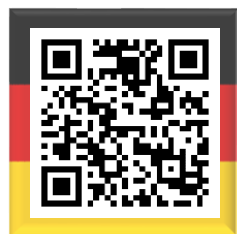
A Grã-Bretanha aderiu à UE em 1969. Em 2016, a maioria dos eleitores decidiu, em referendo, abandonar a UE. A implementação desta decisão foi associada a muitas dificuldades.

” *Uma segunda votação seria uma zombaria para os cidadãos. Foi o que se fez antes na Dinamarca e nos Países Baixos: os cidadãos foram obrigados a votar até obterem o resultado "correcto" - correcto segundo os padrões das elites políticas.*

O Reino Unido é o país que tradicionalmente mais se empenha no comércio livre. Se olharmos para as exigências dos britânicos: Queremos que as leis da Grã-Bretanha sejam feitas na Grã-Bretanha, queremos comércio livre com a União Europeia e com todos os países fora da União Europeia, e queremos acabar com a imigração sem restrições. O que é que não é razoável nestas exigências?

É claro que a União Europeia se opõe veementemente a estas exigências, pela simples razão de que a Grã-Bretanha não pode ser bem sucedida, porque, nesse caso, outros países sairão.

Assim, a UE recusa-se a permitir que as mercadorias entrem na União Europeia com isenção de impostos. Isto prejudica a população europeia, que não pode obter produtos baratos do Reino Unido, mas não os políticos, que recebem as receitas aduaneiras...



4.5. O comércio livre e a imigração livre andam de mãos dadas?

O liberalismo clássico geralmente apela à abertura das fronteiras para bens e pessoas. Afinal de contas, ambos têm a ver com liberdade, certo?

Errado, diz Hoppe. A liberdade para os bens e a liberdade para as pessoas são duas coisas diferentes.

” *Os fenómenos do comércio e da imigração diferem em aspectos fundamentais. Os bens e serviços não podem ser transportados de um lugar para outro sem o acordo do remetente e do destinatário, ao passo que uma pessoa pode deslocar-se de um lugar para outro mesmo que ninguém o deseje. A imigração livre pode, assim, tornar-se uma integração forçada para a população existente.*

Numa sociedade em que a terra é totalmente privatizada, o problema da imigração indesejada não se coloca. Embora ainda não seja esse o caso, a solução é descentralizar a política de imigração do governo federal para os estados, condados, aldeias, cidades e bairros.

Se o governo vai permitir a imigração, deve pelo menos garantir que os imigrantes recebam um convite de um anfitrião ("princípio do fiador"). Este anfitrião deve então assumir toda a responsabilidade durante a sua visita.

Por último, quanto mais houver comércio livre, menos incentivo à emigração haverá.



4.6. O materialismo* destrói a cultura?

” *Embora algumas pessoas ridicularizem a prosperidade material como "materialismo", deve ser enfatizado que é apenas com base na melhoria das condições materiais da vida humana que a cultura humana pode também florescer e progredir.*

Não pode haver escritores, compositores, músicos, pintores, escultores, actores, etc., sem papel e tinta, prensas de impressão, instrumentos musicais, tintas, telas, instrumentos de escultura, teatros, museus, etc., e sem tempo de lazer - tempo tornado possível e proporcionado pela prosperidade material.

É fácil menosprezar a importância de tudo isto - "oh, é apenas material!" Mas para aqueles que estão tão preocupados, há muitos lugares no mundo para onde se podem mudar. Mas eles não o fazem. Não se mudam.

Então, para onde é que as pessoas se querem mudar? Não há migração em massa de África para a Índia. Há uma migração em massa para os países mais ricos.



*O materialismo, neste contexto, é uma atitude perante a vida em que os bens materiais e os símbolos de estatuto têm um valor elevado...

4.7. Precisamos de mais "tolerância social"?

” *O que está a arruinar moral e economicamente as nossas sociedades, aproximando-nos cada vez mais do abismo, não é a falta de tolerância, mas sim o excesso.*

Devo ser tolerante com o canibal que me quer comer? Com o comunista que quer expropriar a minha propriedade? Com o socialista que quer tributar metade da minha riqueza e dos meus rendimentos? Com o democrata que pretende privar-me de direitos e empobrecer-me através do voto? Com o verde que quer tirar-me o direito de dispor da minha propriedade porque isso pode salvar a vida de um sapo? Não me parece. Nesse ponto - de facto, muito antes desse ponto - a minha tolerância tem um fim.



4.8. De que terapia necessita o nosso sistema de saúde?

Hoje, as propostas que se seguem podem parecer radicais. Há pouco tempo, eram a realidade...

” É necessário dar quatro passos:

Primeiro,

A eliminação de todos os requisitos de licenciamento para escolas de medicina, hospitais, farmácias, médicos e todo o restante pessoal médico.

A sua oferta aumentaria quase imediatamente, os preços baixariam e surgiria uma maior variedade de serviços no mercado.

Agências de acreditação voluntárias concorrentes substituiriam a obrigatoriedade de licenciamento estatal. Como os consumidores deixariam de viver na ilusão de que existe uma "norma nacional" para os cuidados de saúde, fariam escolhas mais conscientes e críticas.*



*Agência de acreditação: (do latim *accredere*, "dar crédito") são instituições (empresas, fundações, associações) que monitorizam e certificam a qualidade de produtos e serviços. São exemplos os rótulos biológicos e de comércio justo ou empresas de certificação como a SGS.

No mercado livre, a concorrência garante que as instituições vencedoras são aquelas que servem os clientes de forma mais eficiente e credível.

Segundo,

A eliminação de todas as restrições governamentais ao fabrico e venda de produtos farmacêuticos e dispositivos médicos.

Isto acabaria com as burocracias dos cuidados de saúde que actualmente impedem a inovação e aumentam os custos. Os custos e os preços baixariam, e uma escolha mais alargada de melhores produtos chegaria mais cedo ao mercado. Os fabricantes e vendedores concorrentes de medicamentos e dispositivos ofereceriam rótulos e garantias dos produtos cada vez melhores, tanto para se protegerem de acções judiciais por responsabilidade civil como para atraírem clientes.

Terceiro,

A desregulamentação total do sector dos seguros de saúde.

Em média, os preços baixariam drasticamente. E a reforma restauraria a responsabilidade pessoal pelas escolhas em matéria de cuidados de saúde. A função do seguro é agrupar riscos iguais ou comparáveis. Não quero agrupar os meus riscos de acidente pessoal com os dos jogadores profissionais de futebol, mas exclusivamente com os das pessoas em circunstâncias semelhantes às minhas - a custos mais baixos. Em vez disso, o sector da saúde contém actualmente um sistema de redistribuição de rendimentos que beneficia os clientes irresponsáveis e os grupos de alto risco. Por conseguinte, os preços do sector são elevados e não param de aumentar.

Quarto,

A eliminação de todos os subsídios para os doentes ou não saudáveis.

Os subsídios criam sempre mais daquilo que é subsidiado. Os subsídios para os doentes e não-saudáveis promovem o descuido, a carência e a dependência. Se eliminássemos esses subsídios, reforçaríamos a vontade de viver uma vida saudável e de trabalhar para o seu próprio sustento.

4.9. As perguntas sobre alterações climáticas são permitidas ou são blasfémia*?

” *O clima tem mudado continuamente, com ou sem humanos, durante milhões de anos, e continuará a mudar mesmo que a humanidade desapareça.*

Há alguns séculos, as temperaturas médias eram muito mais elevadas do que actualmente. Nessa altura, era possível cultivar vinho em Inglaterra e laranjas na Carolina do Norte. Hoje, isso já não é possível porque está demasiado frio. E há muitos milhares de anos, os hipopótamos nadavam no rio Tamisa, sendo que hoje só se encontram em jardins zoológicos nestas latitudes. E, de facto, os períodos frios são geralmente piores para a humanidade do que os períodos quentes.

A afirmação de que todos ou mesmo a grande maioria dos cientistas estão de acordo sobre o clima ou as alterações climáticas é um completo disparate.

E mesmo que fosse de outra forma, continuaria a ser um crime contra a humanidade o facto de o Estado ou qualquer autoridade supranacional determinar qual é a temperatura média "correcta" e a amplitude de variação "correcta". Porque não existe, nem nunca existirá, uma temperatura "correcta" para toda a humanidade.



* Blasfémia: zombaria de crenças e opiniões religiosas ou ideológicas.



SOCIEDADE DE DIREITO PRIVADO



5. Introdução ao tema de uma sociedade de direito privado

A ideia de uma sociedade de direito privado pode ser algo completamente desconhecido para a maioria das pessoas. Começemos, pois, por uma breve introdução ao tema, que deverá facilitar a compreensão do capítulo seguinte.

O liberalismo fala frequentemente em ter o mínimo de Estado possível. Mas o que é que isto significa exactamente?

Ter o mínimo de Estado possível não é, antes de mais, reduzir o número de funcionários do Estado ou de edifícios administrativos. Trata-se, sim, de limitar o âmbito do Estado e a sua esfera de actividade.

Um exemplo bem conhecido é o chamado "Estado guarda-nocturno". Neste caso, a tarefa do Estado limita-se essencialmente à protecção da vida e da propriedade através da polícia, do sistema judicial e do exército. Todas as outras tarefas seriam (mais uma vez) deixadas às famílias, igrejas, empresas e outras organizações privadas. Esta era a prática comum na maioria dos países durante o século XIX. Não havia nem haveria, por exemplo, transportes públicos, escolas e universidades estatais, segurança social, idade legal de reforma, proibições estatais de consumo e, claro, apenas uma fração dos impostos e taxas actuais.

Este é um ideal frequentemente utilizado pelos adeptos do chamado "liberalismo clássico" ou do "libertarianismo de Estado mínimo".

Hoppe vai um pouco mais longe. Na sua sociedade de direito privado (SDP), até as derradeiras funções do Estado, como a polícia, o sistema judicial e o exército, seriam organizadas de forma privada. As páginas que se seguem dar-te-ão uma primeira visão do pensamento de Hoppe e, esperemos, um desafio à reflexão sobre o tema.



"Estado ou Sociedade de Direito Privado" é uma análise de 75 minutos dos temas abordados até aqui e uma introdução facilmente compreensível da ideia de uma sociedade de direito privado

5.1. Como se resolvem os conflitos interpessoais sem o Estado?

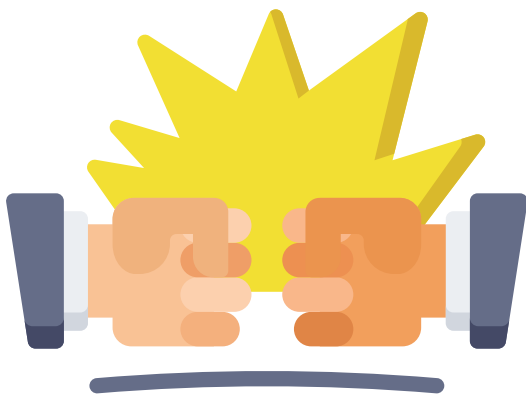
” *A ideia de base é muito simples. O monopólio do Estado sobre o uso da força será abolido e a concorrência será permitida também nos sectores da polícia e da justiça.*

Actualmente, em caso de conflito entre um cidadão e o Estado, é sempre o Estado que decide quem tem razão. Numa sociedade de direito privado, recorro a árbitros independentes de ambas as partes para resolver o litígio.

Nos litígios locais, como numa aldeia ou numa pequena cidade, é provável que se trate de "aristocratas naturais" respeitados. Para os casos de maior dimensão, existe um seguro de protecção jurídica, como é o caso actualmente. Neste caso, a seguradora e o segurado acordaram contratualmente o mediador e os órgãos de recurso.

Se ambas as partes num litígio forem clientes da mesma companhia de seguros, esta última decidirá o caso. Se as diferentes seguradoras chegarem a decisões diferentes, é chamado um árbitro tido em grande conta por ambas as partes. E é este árbitro que, em última análise, toma a decisão.

O procedimento é claro, simples e inequívoco e não requer qualquer legislação ou jurisdição estatal.



5.2. A resolução de litígios pelo direito privado é completamente irrealista?

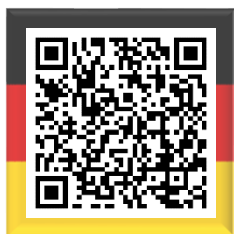
” *Como já disse, não se trata de uma utopia. Tudo isto já é prática corrente nas transacções comerciais internacionais, anárquicas.*

Basta olhar para a forma como os litígios transfronteiriços são resolvidos actualmente. A nível internacional, existe uma espécie de anarquia no direito, porque não há um Estado mundial que regule tudo.

O que é que os cidadãos do triângulo fronteiro de Basileia, ou seja, alemães, franceses e suíços, fazem quando surgem conflitos entre eles? Em primeiro lugar, recorrem à sua própria jurisdição. Se não houver acordo, são chamados mediadores independentes para decidir o caso. Quem não cumpre as suas decisões não só viola o contrato, como se torna um leproso no mundo dos negócios, com quem ninguém quer fazer negócios.

Há mais conflitos entre os cidadãos desta região do que entre os cidadãos de Colónia e Düsseldorf? Nunca ouvi nada nesse sentido. Isto mostra, sem dúvida, que os conflitos interpessoais podem ser resolvidos pacificamente sem um Estado como monopolista legal.

Outro exemplo histórico: Nos EUA, durante a corrida ao ouro, foram desenvolvidos critérios para definir o território dos garimpeiros. Foram os particulares que registaram estas reivindicações de terras. Isto mostra que as questões de propriedade podem ser resolvidas sem o Estado.



5.3. Qual é, numa palavra, a diferença entre as soluções estatais e as soluções privadas?

” *Se quisermos exprimir numa palavra a diferença crucial entre uma indústria de segurança organizada de forma privada e a actual prática estatista*, essa palavra é "contrato".*

O que o Estado "oferece" actualmente é mais ou menos isto: Não lhe garanto nada contratualmente; nem lhe prometo que coisas específicas tenciono proteger como "sua propriedade", nem lhe digo o que me comprometo a fazer se, na sua opinião, não cumprir as minhas promessas - ainda assim, em qualquer caso, reservo-me o direito de determinar unilateralmente o preço dos meus "serviços" e, além disso, de alterar todas as regras actuais do jogo por via legislativa, enquanto o jogo ainda está em curso.

Imaginemos que um prestador de serviços de segurança do sector privado, financiado livremente, seja polícia, seguradora ou árbitro, faz uma tal oferta aos seus potenciais clientes. Ninguém no seu perfeito juízo aceitaria um tal negócio, a empresa iria imediatamente à falência por falta de clientes.

Numa sociedade de direito privado, os contratos devem ser propostos. Estes contratos devem conter descrições claras da propriedade e serviços e obrigações mútuos claramente definidos e, além disso, estes contratos só podem ser alterados por mútuo acordo durante o seu período de validade.



*Estatat: de, ou regulado pelo, estado

5.4. Em que medida é que o Estado nos protege actualmente?

” *Como todos sabemos, o Estado é notoriamente ineficiente no domínio da luta contra a criminalidade, porque o pagamento dos agentes encarregados dessa tarefa provém das receitas fiscais, ou seja, independentemente da produtividade.*

A situação é ainda mais grave quando se constata que, actualmente, não está em causa qualquer tipo de indemnização às vítimas. Pelo contrário. Se o Estado tiver efectivamente capturado os criminosos, os custos do alojamento desses bandidos são frequentemente impostos às vítimas e estas podem jogar ténis de mesa e tomar o seu Birchermüsli ao pequeno-almoço e, na América, também se pode estudar Direito e há ginásios onde se pode fortalecer para que, da próxima vez, se possa ter um pouco mais de sucesso nas suas iniciativas criminosas.

E não nos esqueçamos: só no século XX, os Estados-nação foram responsáveis por várias centenas de milhões de mortes e por uma destruição incomensurável. Em comparação com isto, as vítimas de crimes privados são quase insignificantes.



5.5. Por que motivo as sociedades de direito privado recompensariam comportamentos pacíficos?

As companhias de seguros já são obrigadas a pagar os danos causados pelos crimes, independentemente do facto de o criminoso poder ser apanhado e responsabilizado. Numa sociedade de direito privado, sem uma força policial estatal, as companhias de seguros trabalhariam provavelmente em estreita colaboração com as empresas de segurança privada. O objectivo desta cooperação passaria a ser a prevenção do crime e a restituição.

” *Uma companhia de seguros privada deve pagar uma indemnização se tiver sido cometido um crime e se tiverem sido causados danos. Por conseguinte, uma seguradora tem interesse em localizar os criminosos, pois só assim é possível obrigá-los a indemnizar as vítimas. Além disso, a seguradora terá interesse em recuperar o saque, pois não terá de o substituir. Se, por outro lado, for hoje à polícia e disser que lhe roubaram isto e aquilo, pode ter a certeza de que a polícia vai simplesmente arquivar o caso.*

Numa sociedade de direito privado, as seguradoras também incentivam um comportamento pacífico entre as pessoas. Isto porque nem todos os riscos são seguráveis. Só se pode segurar contra acontecimentos sobre os quais não se tem controlo. Por este motivo, as seguradoras recusar-se-ão a ajudá-lo, por exemplo, se tiver provocado um conflito. Todas as companhias de seguros insistem para que os seus segurados se comportem de forma civilizada e de acordo com as regras contratuais.

5.6. Poderão os ricos e maus apoderar-se do poder?

” De facto, é indiscutivelmente verdade que quem tem mais recursos financeiros pode dar-se ao luxo de mais, incluindo mais segurança. Mas a verdadeira questão é a seguinte: Será que uma sociedade de direito privado, em comparação com a sociedade actual gerida pelo Estado, facilita aos ricos a "compra" de privilégios à custa dos pobres? E a resposta a esta pergunta é claramente "não, muito pelo contrário".

Actualmente, os ricos "compram" constantemente benefícios à custa dos outros, subornando os detentores do poder estatal. Agora imagine que, em vez do Estado, havia uma multiplicidade de fornecedores de segurança concorrentes: várias companhias de seguros, agências de arbitragem e forças policiais. Nesse caso, o suborno é obviamente muito mais difícil. Porque, nesse caso, não basta subornar apenas uma agência, mas todas as agências têm de ser subornadas para se atingir o objectivo.

E mesmo isso não é suficiente, porque se uma (ou todas) as agências ficarem com a reputação de serem corruptíveis, então os clientes menos abastados dessas agências afastar-se-ão delas e surgirão outras agências incorruptíveis.

Por outro lado, não se pode deixar de considerar o Estado como instituição coerciva, por mais que se reconheça claramente que é corrupto. Assim, são precisamente os "fracos" que estão mais bem protegidos numa sociedade de direito privado do que nas leis estatais actuais.



5.7. Quem protege o ambiente quando tudo é privatizado?

Numa sociedade de direito privado, não existiria um "ambiente" abstracto, mas apenas a propriedade privada da terra, dos lagos e mesmo de partes do mar. A poluição seria sempre um dano à propriedade privada.

” *O problema é simples de resolver. A pessoa lesada deve ter o direito de intentar uma acção judicial. Depois, pode processar o poluidor para obter uma indemnização.*

No século XIX, era comum os cidadãos processarem as empresas quando estas danificavam os seus bens devido à poluição ambiental. Mais tarde, o Estado restringiu o direito de acção judicial a fim de proteger e promover determinadas indústrias.

O ponto crucial é que os direitos de propriedade sejam claramente atribuídos. O princípio básico deve ser: Quem chegar primeiro tem o direito de propriedade. Por exemplo, se uma empresa constrói uma fábrica com fortes emissões de poluentes perto de habitações existentes, os proprietários podem pedir uma indemnização. Este é um princípio simples que até as crianças compreendem.

P.S.: O que é que a experiência nos diz sobre a forma como os Estados tratam a sua propriedade em comparação com os particulares?

Podemos comparar oceanos e florestas tropicais geridos pelo Estado com quintas, lagos e propriedades privadas.

Poderíamos observar e comparar as economias comunistas, geridas pelo Estado, com as sociedades ocidentais, predominantemente privadas.

Em economia, o tema é designado por "tragédia dos comuns".



5.8. Como se teria desenrolado a pandemia do coronavírus numa sociedade de direito privado?

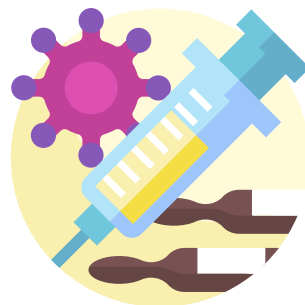
” *Em suma, a Covid não teria ocorrido como uma pandemia. O risco real de infecção pelo coronavírus é tão baixo que a maioria das pessoas não o teria percebido como tal. De facto, o número total de mortes na Alemanha, Áustria ou Suíça em 2020 não aumentou drasticamente, e a probabilidade de sobreviver a uma infecção por coronavírus é, de acordo com o politicamente insuspeito Centro de Controlo de Doenças (CDC), extremamente elevada para todos os grupos etários.*

De um modo mais geral, em termos de avaliação do risco de uma doença infecciosa, não existe uma resposta científica única, definitiva e inequívoca. E a melhor maneira - menos dispendiosa e mais eficiente - de minimizar os danos é descentralizar a tomada de decisões.

Numa sociedade de direito privado, todos os terrenos, casas, estradas, fábricas, etc. são propriedade privada. No que diz respeito a lidar com uma pandemia, é simplesmente uma questão de "quem deixa entrar e quem exclui?" ou "a quem me dirijo e de quem me afasto".

Com base na sua própria avaliação do risco de uma doença infecciosa, cada proprietário privado ou associação de proprietários tem de decidir a quem permitir o acesso à sua propriedade, quando e em que condições? E esta decisão pode e deve incluir medidas preventivas, especialmente no caso de propriedades utilizadas comercialmente (por exemplo, cinemas, escritórios, restaurantes).

O resultado é uma complexa rede de regras de acesso e de visita.



5.9. Porque é que as organizações privadas fazem menos guerra que os Estados?

Se és novo na ideia de uma sociedade de direito privado, podes ter dificuldade em reflectir sobre as questões da guerra e da defesa contra invasores. Por isso, aqui ficam alguns comentários sobre o assunto.

Se estiveres interessado, Hoppe e outros escreveram muito mais sobre o assunto.

” *Os Estados são organizações naturalmente mais agressivas do que particulares ou empresas privadas, pela simples razão de que podem externalizar os custos associados à agressão, ou seja, transferi-los para os pobres contribuintes.*

Se Clinton, Bush, Obama ou outros políticos que querem a guerra tivessem de pagar os custos eles próprios, provavelmente não o fariam. Por outro lado, para uma empresa privada, a guerra é suicídio económico.

Repito: são os Estados-nação os responsáveis por várias centenas de milhões de mortes e por uma destruição incomensurável, só no século XX. Em comparação com isso, as vítimas de crimes privados são quase insignificantes.

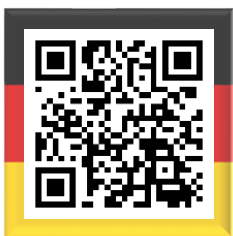


5.10. O socialismo é mais realista do que uma sociedade de direito privado?

A questão aqui não é a viabilidade política, mas a consideração filosófica: dado que os humanos não podem ser anjos, que sistema social é mais adequado à natureza humana?

” *Os socialistas são utópicos, porque partem do princípio de que, com a chegada do socialismo, haverá também uma transformação da natureza humana. Trata-se, evidentemente, de um disparate, de um «wishful thinking» hipócrita.*

Os libertários, como eu, por outro lado, são realistas. Consideramos as pessoas como elas são - boas e más, pacíficas e agressivas, responsáveis e irresponsáveis, etc. - e não acreditamos que a natureza humana seja fundamentalmente mutável. Como realistas, estamos apenas convencidos de que os incentivos funcionam sempre e em todo o lado.



FUTURO



6.1. Por que não defender um Estado limitado em vez de nenhum Estado?

” *Sim, sempre existiram Estados, uns piores, outros melhores. E mesmo que consigamos aboli-los, é possível que voltem a surgir. (Rothbard, o pai do libertarianismo moderno, costumava comentar este facto: Pelo menos teríamos tido um feriado glorioso).*

Mas o libertarianismo é uma luta sem fim, uma luta pela liberdade. Não há nenhuma razão para desistir de um objectivo moralmente correcto. Hoje em dia, estamos a tentar eliminar o homicídio. Desistiríamos de o fazer porque ainda há assassinos à solta? Não, nunca desistimos...*

Defendemos certas regras morais que se aplicam a toda a gente, e defendemos essas regras independentemente da posição das pessoas. Toda a gente compreende que se me baterem, se me roubarem a carteira, se incendiarem a minha casa, isso é um crime, um crime punível. As mesmas normas devem aplicar-se aos políticos. Então conclui-se que mesmo os melhores políticos são, no mínimo, ladrões.

Lew Rockwell, o fundador do Mises Institute, teve originalmente a ideia de dizer que nós, o Mises Institute, defendemos um estado limitado. Eu limitei-me a chamar-lhe a atenção para o facto de não existir nenhuma instituição que defenda um Estado ilimitado. Portanto, mesmo de um ponto de vista de marketing, faz sentido dizer que nós somos aqueles que não querem um estado de forma alguma.



* O Libertarianismo é a filosofia política que procura atribuir ao Estado o menor número possível de funções, ou mesmo nenhuma. O oposto é uma política autoritária.

6.2. Porque é que precisamos de uma "nova consciência de classe"?

” *O problema é que o Estado tornou uma grande parte da população dependente dele. Apenas um terço da população dos países industrializados é ainda independente do Estado em termos de rendimentos. Os restantes são reformados, funcionários públicos, beneficiários de subsídios, desempregados ou empresas que vivem do Estado como cliente. E todos eles votam nas eleições para que tudo continue como dantes.*

Não espero nada dos políticos. Na minha opinião, é importante que uma nova consciência de classe se estabeleça entre a população, mas não no sentido da consciência de classe comunista, que afirma que os capitalistas estão a explorar os trabalhadores. Em vez disso, as pessoas têm de perceber: os Estados são os malfeitores, os Estados exploram todos aqueles que trabalham no sector privado.

Um ladrão que é reconhecido e tratado como tal não pode durar muito tempo.



6.3. Há esperança de "passos na direcção certa"?

” *Em qualquer caso, haverá um colapso económico e este colapso abre a possibilidade de movimentos secessionistas*. Um exemplo disso foi o colapso da União Soviética e o seu desmembramento em vários países independentes.*

Esta é a esperança. Se pensa que a Europa é boa, tem de ser a favor da existência de centenas de Lichtensteins na Europa. Estando os países a competir entre si, teriam de ser comparativamente simpáticos para a sua população, caso contrário a população abandoná-los-ia simplesmente. Em contrapartida, um governo central europeu - e mais ainda um governo mundial - com políticas fiscais e regulamentares "harmonizadas" é a maior ameaça à liberdade.

Além disso, a ideia de uma sociedade de direito privado só é concretizável, na melhor das hipóteses, se descentralizarmos na Europa.

Portanto: resistência contra qualquer tipo de centralização e apoio a qualquer tipo de movimento secessionista.



* Secessão e descentralização:

Quando uma unidade política se separa de uma unidade maior e forma uma nova unidade, chama-se secessão. Por exemplo, os Estados Unidos da América do Império Britânico em 1776.

Quando o poder político é transferido dentro de uma unidade política, de cima para baixo, chama-se descentralização. Por exemplo, quando o poder das medidas de combate ao coronavírus é transferido do governo nacional para os estados ou municípios.

Ambos significam uma fragmentação do poder e são o oposto da centralização.



DESENVOLVIMENTO INTELLECTUAL



7.1. Da esquerda ao liberal clássico

” *No liceu, eu era de esquerda, sentia-me atraído pelo pensamento de esquerda, pelo pensamento marxista, devido à sua natureza dedutiva. Tentei criar um sistema para compreender todos os fenómenos e as suas inter-relações, e foi por isso que fui para a Universidade de Frankfurt, no auge da revolta estudantil de 1968. E foi por isso que escolhi pela primeira vez um professor de esquerda. O meu orientador de doutoramento foi Jürgen Habermas, um proeminente filósofo de esquerda.*

Fiquei muito desiludido no primeiro semestre e descobri grandes falhas no sistema marxista. Andei à deriva intelectualmente até me deparar com Karl Popper, que defendia o ceticismo universal e negava a verdade absoluta. Tudo é, de alguma forma, hipotético ou não passa de uma tautologia.

Através da leitura de Milton Friedman na imprensa popular, tornei-me um crente do mercado livre, mas na minha busca de um sistema dedutivo, não fiquei naturalmente muito satisfeito com Friedman. Descobri muito rapidamente que havia grandes incoerências no seu pensamento que me deixaram insatisfeito.

Depois descobri Friedrich von Hayek, que evitou algumas dessas incoerências, mas não todas. Devo referir que nenhum dos meus professores me chamou a atenção para Friedman ou Hayek.

Foi através das notas de rodapé de Hayek que acabei por descobrir Ludwig von Mises. Nessa altura, comecei a trabalhar num livro, que mais tarde se tornou a minha tese de licenciatura, sobre a metodologia das ciências sociais em geral. Eu duvidava do que os economistas diziam sobre sua própria disciplina, ou seja, que suas afirmações eram meras hipóteses. Em vez disso, pensei que afirmações como as da massa monetária continham algo que não era apenas hipoteticamente verdadeiro, mas não encontrei nenhum economista que o afirmasse.

Depois, quando li a magnum opus de Mises, Human Action, percebi que ele tinha dito exactamente a mesma coisa, nomeadamente, que as afirmações económicas são aquilo a que Kant e outros filósofos chamam "afirmações sintéticas a priori", ou seja, não são testáveis no sentido normal de testabilidade e, no entanto, dizem algo que é verdadeiro sobre objectos reais, e tornei-me imediatamente um misesiano.



7.2. De liberal clássico a anarquista da propriedade privada

” *Para ser mais preciso, descobri Mises por uma coincidência engraçada. Os meus pais eram ambos refugiados da Alemanha de Leste e a propriedade da família da minha mãe foi expropriada pelos russos em 1946. Originalmente, viviam numa zona da Alemanha de Leste que tinha sido ocupada pelos americanos e, quando estes trocaram essa província pelo que mais tarde se tornou Berlim Ocidental, os russos mudaram-se para lá e tomaram as propriedades de todos os grandes latifundiários, incluindo a família da minha mãe. Mas a maior parte dos meus familiares vivia na Alemanha de Leste e visitávamo-los regularmente.*

Para entrar no paraíso dos trabalhadores e dos agricultores, era sempre necessário pagar uma taxa de entrada (trocando marcos da Alemanha Ocidental por dinheiro da Alemanha de Leste). Como vivíamos com os meus familiares, tínhamos de gastar o dinheiro de alguma forma, e só havia duas maneiras de o fazer. Uma delas era comprar discos russos de compositores russos e a outra era comprar as obras escolhidas de Lenine e Estaline, bem como de Walter Ulbricht, o primeiro-ministro da Alemanha de Leste, e de Erich Honecker, o seu sucessor.

Uma das minhas compras de livros foi um texto que utilizavam para formar estudantes em economia política, e nesse livro estavam listados todos os principais inimigos do socialismo. Por exemplo, mencionavam não só Böhm-Bawerk, com quem eu já estava familiarizado, mas também Ludwig von Mises, o mais malvado de todos. Naquela altura, não comecei imediatamente a ler Ludwig von Mises, mas apercebi-me de que, a dada altura, valeria a pena olhar para ele mais de perto. Ao mesmo tempo, os nomes Hayek ou Mises não eram mencionados em nenhum dos manuais de economia da Alemanha Ocidental.

Quanto à filosofia política, é claro que descobri que havia certas inconsistências em Mises, mesmo que fossem mínimas em comparação com Hayek ou Friedman. Ao ler Mises, apercebi-me que o seu principal aluno, Murray Rothbard, vivia nos EUA e que tinha eliminado as inconsistências de Mises, pelo que me tornei um Rothbardiano.



7.3. A minha contribuição para a ciência

” A minha principal contribuição é, em primeiro lugar, uma melhor justificação do direito natural do que a apresentada por Rothbard. Ele pensava que existia algo como o axioma da acção de Mises como ponto de partida necessário, e eu salientei que existe um ponto de partida ainda mais básico no sentido de que, ao falar sobre o axioma da acção, temos de argumentar. Portanto, há uma subcategoria do axioma da acção, nomeadamente um *apriori* de argumentação. Não se pode negar que se está a argumentar sem se contradizer, por isso temos aqui algo de que dependem todas as discussões, por assim dizer: há ética ou não há ética, as pessoas agem ou não agem? Tudo isto, evidentemente, exige que sejamos capazes de argumentar.

Os meus professores de filosofia Habermas e Karl-Otto Apel falavam do *a priori* da comunicação, mas o que eles não tinham visto e percebido, e penso que percebi, é que existem alguns requisitos objectivos e físicos para qualquer argumentação, que em qualquer argumentação é necessário ter controlo pessoal sobre certos recursos escassos (cordas vocais, espaço para estar de pé, comida para sustentar o discurso). Depois, podemos mostrar que qualquer tipo de apropriação directa de coisas precede logicamente qualquer apropriação indirecta de coisas e, a partir daí, podemos derivar todo um sistema ético. Penso que esse é o meu principal contributo para a filosofia política, para a filosofia, se quisermos: colocar a base da ética num novo apoio.

Habermas foi o meu mais importante professor de filosofia e orientador de doutoramento durante os meus estudos na Universidade Goethe em Frankfurt am Main, de 1968 a 1974, e através dos seus seminários familiarizei-me com a filosofia analítica britânica e americana. Continuo a pensar que esta foi uma formação intelectual bastante boa.



RECOMENDAÇÕES DE LIVROS



Leitura recomendada, mas antes, é bom saber:

Implacavelmente directo

Os antecessores e modelos de Hoppe, Ludwig von Mises e Murray Rothbard, eram economistas críticos do Estado na tradição da chamada "Escola Austríaca". Inspiraram Hoppe a formular sempre as suas ideias e pontos de vista sem ter em conta as consequências para a sua reputação e carreira.

Até 2000: Período teórico

Os trabalhos de Hoppe antes da viragem do século desafiaram os dogmas existentes na economia, na ética e nos sistemas políticos. Mas também propôs um tipo alternativo de sociedade baseado no direito privado e uma nova justificação para a liberdade. A sua escrita cristalina e raramente polémica encanta os leitores com mentes curiosas e disciplinadas.

Desde então: cada vez mais politicamente incorrecto

Desde os anos 90, Hoppe tem vindo a explorar cada vez mais temas históricos e culturais. Isto precisamente numa altura em que as sensibilidades políticas estão a aumentar: será que ainda é permitido falar de diferenças culturais, de teorias alternativas da história, da diferença entre homens e mulheres?

Conclusão

Para as almas politicamente mais sensíveis, recomendamos uma introdução ao pensamento libertário através dos livros de Hoppe anteriores à viragem do século e de obras de outros autores, por exemplo as sugestões abaixo. As mentes mais intrépidas podem começar com a obra "Democracia" e depois apreciar a excelente antologia (Inglês) "The Great Fiction".

Aqui estão duas palestras para introduzir o pensamento de Hoppe:



No discurso "Os Erros do Liberalismo Clássico", Hoppe descreve o problema da ordem social e a natureza do Estado. Porque é que acabámos onde estamos? É a primeira parte, "crítica", de duas conferências.

Na segunda parte, "construtiva", intitulada "Sociedade sem Estado: Sociedade de Direito Privado", Hoppe esboça uma alternativa aos actuais Estados estabelecidos. Ambas foram proferidas em Sidney, em 2011.



Principais obras de Hoppe

A Theory of Socialism and Capitalism*, 1989, 264 páginas, também áudio*

Este é o livro com o qual Hoppe se revelou nos círculos científicos. É a obra introdutória ideal, abrangente, estimulante e gratificante.

The Economics and Ethics of Private Property*, 1993, 431 páginas

Um tour de force em economia e filosofia. Hoppe destrói numerosos mitos da ciência social actual e deve, por isso, ser uma leitura obrigatória para economistas, filósofos e cientistas políticos.

Democracia: O Deus que Falhou. 2001, 304 páginas

O bestseller de Hoppe. Segundo a Amazon.com, "freneticamente aplaudido e estrondosamente condenado". Hoppe complementa as suas reflexões económicas e políticas com temas históricos e culturais, inovadores e sem olhar ao politicamente correcto.

A Grande Ficção: Propriedade, Economia, Sociedade e a Política do Declínio. 2012, 456 páginas.

A derradeira antologia de ensaios sobre os temas do título do livro.

Uma Breve História do Homem: Progresso e Declínio*. 2017, 144 páginas e áudio*

Para a maioria dos leitores, este livro oferecerá uma nova perspectiva desafiadora e emocionante sobre a história da humanidade. O último capítulo será provavelmente o que suscitará mais discussões.

" Todos estes títulos estão disponíveis gratuitamente, em versão impressa e alguns em áudio, através do código QR abaixo e/ou através de www.hanshoppe.com, www.mises.org e www.mises.pt



Outros autores

Todos os títulos assinalados com * estão disponíveis gratuitamente online ou através do código QR abaixo.

"Atlas Shrugged", romance, 1957. Esta grande obra de Ayn Rand (1905 - 1982) terá provavelmente conquistado mais americanos para a causa libertária do que qualquer outra publicação. Em 2009, por exemplo, foram vendidos meio milhão de exemplares e até Obama teve um "período Rand" na sua juventude - embora, infelizmente, sem um impacto duradouro.

"Free to Choose", série de televisão do Youtube baseada no livro homónimo de Milton Friedman (1912 - 2006). Friedman foi um dos economistas mais famosos do século passado e conseguiu apresentar os seus pontos de vista em livros, entrevistas e discursos de uma forma extremamente compreensível e divertida.

"Economia em Uma Lição", de 1946, é sem dúvida o derradeiro clássico sobre os princípios económicos básicos. Curto, abrangente e compreensível, deveria ser uma leitura obrigatória para todos os eleitores e políticos. Autor Henry Hazlitt (1894 - 1993).

"The Machinery of Freedom" *, 1973, mostra um caminho não ideológico para uma sociedade sem Estado. Fácil de ler, original e muitas vezes divertido. O autor David Friedman (1945), um consequencialista, não precisa de qualquer pregação moralista.

"A Ética da Liberdade" *, de 1982, também defende uma sociedade sem Estado, mas na perspectiva de um filósofo dos direitos naturais. Murray N. Rothbard (1926 - 1995) foi amigo e mentor de Hoppe. O livro é claro, conciso e facilmente compreensível se nos mantivermos concentrados. O livro tem uma excelente versão áudio em inglês*.

"The Problem of Political Authority, An Examination of the Right to Coerce and the Duty to Obey, 2013. Michael Huemer (1969) é professor de filosofia e assume premissas morais que a maioria dos não-libertários já aceita" (Bryan Caplan). O livro oferece, assim, um caminho "convencional" para o mundo libertário. As resenhas do autor no youtube proporcionam boas visões gerais.



E AGORA?



Dentro de 72 horas...

... o primeiro passo deve ser dado para qualquer projecto que valha a pena.

Quer se trate de aprender, de fazer dieta, de praticar exercício físico ou de fazer o bem, se esperares mais tempo, esquecerás e perderás as tuas boas intenções.

Por conseguinte, se ...

- gostaste de ler este pequeno livro, ofereça-o a um amigo.
- queres fazer bem à humanidade, recomenda-o a uma organização ou uma biblioteca.
- se conheceres algum socialista (de direita ou de esquerda), ofereçe-lhe um livro por caridade, piedade ou para te gabares.

E faz isto agora,
através da Amazon ou
www.hoppeunplugged.com



A cópia e a reimpressão são expressamente autorizadas.

P.S: visita um projecto relacionado em www.oboxplanet.com

Para Adolescentes e Jovens de Coração



É um covarde?

Então, em breve, vai colocar este pequeno livro de lado. Porque precisa de coragem. A coragem para lidar com pensamentos politicamente incorrectos. Mas vale a pena. Porque o mundo pertence aos corajosos, não aos “que-dizem-sim” e aos conformistas.

Porquê para os adolescentes e os jovens de coração?

Os jovens e os jovens de coração estão à procura de respostas. São cépticos, curiosos e abertos a novas ideias e caminhos. As gerações mais velhas estão muitas vezes mentalmente bloqueadas. Por isso, é-lhes difícil imaginar uma sociedade sem o monopólio estatal do uso da força.

Hoppe apresenta exactamente isso. Ele mostra que uma sociedade baseada inteiramente em relações voluntárias e pacíficas não só é possível, mas também justa, e que tal sociedade permite o máximo de paz e prosperidade.

O que é que este livro promete?

Hoppe apresenta uma alternativa radical e consistente à abordagem politicamente correcta de “tamanho único”. E a experiência também o demonstra: Hoppe não deixa ninguém indiferente. Ele vai inspirar ou irritar, e isso é bom. Porque as perguntas e respostas aqui apresentadas têm como objectivo estimular a reflexão, o debate, a confirmação ou a refutação e, finalmente, o estudo de mais literatura.

Março de 2023

P.S: visite um projecto relacionado em www.oboxplanet.com